

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No dia 23 de outubro os Portugueses receberam pelos média a feliz notícia do abandono do projeto da mina de urânio em Alameda Gardón, Salamanca, a cerca de 10 Km da fronteira de Portugal, promovido pela empresa Berkley minera, España SL.

Segundo o senador Carlos Mulet, “o Ministério para a Transição Ecológica não recebeu nem o estudo de impacte ambiental, nem o arquivo de informações públicas para o início da fase ordinária de avaliação ambiental.”

Todavia, a mesma empresa, tem em curso um processo de licenciamento da exploração de uma mina de urânio e construção da unidade para o respetivo processamento em Retortillo-Santidad, a 39 Km da fronteira do nosso País, sendo que se tivermos em consideração os cursos de água e os lençóis freáticos que ali existem, esta distância é muito inferior, tornando-se inevitável a escorrência dos resíduos para o nosso País.

Não têm sido parcas as expressões da oposição generalizada das populações dos dois Países a estes dois projetos.

Já em 16 de março deste ano, esta Assembleia aprovou por unanimidade a Resolução n.º 143/2018, de 27 de junho, que recomendava ao Governo que desenvolvesse as diligências necessárias para impedir a exploração de urânio em Salamanca e realizasse um estudo de impacte ambiental transfronteiriço.

As recomendações dos Deputados foram claras, e visavam, em resumo, a adoção das medidas necessárias e adequadas para proteger, no território nacional, os valores naturais e ambientais potencialmente afetados pela atividade de exploração mineira, o respeito pelas normas internacionais, nomeadamente, através da realização de um estudo de impacte ambiental transfronteiriço; o reforço das iniciativas internacionais junto da Comissão Europeia e da Organização das Nações Unidas para assegurar o cumprimento dos acordos internacionais nesta matéria e a utilização de todos os mecanismos legais, institucionais e políticos para travar qualquer decisão final relativa à implantação de uma fábrica de urânio processado e mineração em Salamanca até serem produzidos os estudos e as recomendações considerados necessários; e, por fim, a instalação de uma estação de controlo radiológico no Douro. A situação assume acrescida importância pelo potencial foco poluidor que representa para a fauna e flora existentes no rio Douro e para a saúde das populações que com o mesmo

convivem e fazem depender a sua atividade económica, turística, de lazer, entre outras. Em qualquer um dos processos, Espanha tem optado por excluir o nosso País, ignorando a possibilidade de existir impacte ambiental deste lado da fronteira. No entanto, numa reunião ocorrida entre as Partes do Protocolo de Atuação a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços, de 2008, em maio deste ano, Espanha assegurou o acompanhamento de Portugal nas fases subsequentes do processo de Retortillo-Santidad.

Tendo ficado prevista nova reunião para outubro, em Lisboa, nada se conhece. Mas, brevemente essa questão poderá vir a ser abordada na Cimeira Luso-Espanhola que decorrerá a 21 de novembro. Assim o Primeiro-Ministro proceda.

O Governo Português, no dia em que a notícia foi conhecida, através do Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética, congratulou-se com a decisão de Espanha, mas parece pouco fazer no que respeita à eventual exploração mineira em Retortillo-Santidad.

Aqui chegados, impõe-se perguntar ao Governo, mormente ao Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética, o seguinte:

- 1 – Já foi oficialmente comunicada ao Governo Português a situação do processo em Alameda Gardón, Salamanca?
- 2 – Na sequência da decisão Espanhola em relação àquela mina, vai o Governo Português diligenciar para obter informação concreta e oficial sobre o processo da eventual exploração da mina e da unidade de transformação de urânio em Retortillo-Santidad?
- 3 – O Governo Português tem conhecimento oficial sobre a produção de novos estudos na sequência de recomendações que a Agência Portuguesa do Ambiente considerou indispensáveis no âmbito deste processo? Se sim, qual o resultado?
- 4 – Prevê o Governo instalar uma estação de controlo radiológico no Douro? E quando?
- 5 – Já ocorreu a reunião agendada para outubro em Lisboa das Partes do Protocolo de Atuação a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços, de 2008? Em caso afirmativo, que factos relevantes decorreram da mesma?
- 6 - Vai o Governo abordar a questão de Retortillo-Santidad na Cimeira Luso-Espanhola que decorrerá a 21 de novembro?

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2018

Deputado(a)s

ÂNGELA GUERRA(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)